

## A AULA DE CONVIVÊNCIA: UM DISPOSITIVO DE MEDIAÇÃO SOCIOEDUCATIVA

Teresa Barandela & Elisabete Pinto da Costa

Instituto de Mediação da ULP – Porto – Portugal

[tbarandela1@gmail.com](mailto:tbarandela1@gmail.com) / [elisabete.pinto.costa@gmail.com](mailto:elisabete.pinto.costa@gmail.com)

### RESUMO:

Da necessidade de se encontrarem respostas educativas diferenciadas e adequadas à diversidade de alunos a frequentar a escola, surgem projectos e estratégias inovadoras. A adopção da Mediação de Conflitos em Contexto Escolar faz emergir novas potencialidades de intervenção socioeducativa, adjudicando novas valências que se podem integrar e articular num projecto mais amplo de melhoria da convivência na escola, à luz do Modelo Integrado proposto por Torrego (2008). Trata-se de iniciativas imbuídas do movimento da melhoria da escola numa das suas vertentes: o clima e cultura escolar.

A Aula de Convivência constitui, nesse contexto, mais um passo para o desenvolvimento de iniciativas específicas para a promoção dos relacionamentos interpessoais entre os diferentes actores educativos. Esta medida tem por objectivo converter-se numa resposta construtivista para o encaminhamento de alunos a quem é dada a ordem de saída da sala de aula por situação de indisciplina.

Com este artigo pretende-se apresentar a implementação, funcionamento e alguns resultados desta medida educativa denominada por “Aula de Convivência” numa escola secundária, com terceiro ciclo, localizada numa zona semi-urbana do norte de Portugal.

**PALAVRAS-CHAVE:** mediação, dispositivo socioeducativo, Aula de Convivência e melhoria de escola.

### ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A preocupação das escolas com problemas de convivência tem sido proporcional ao aumento dos vários fenómenos que prejudicam o bom ambiente escolar. Com efeito, tais fenómenos podem assumir diferentes roupagens, conforme estejamos no campo da psicologia ou da pedagogia: conflito, indisciplina, incivilidade, comportamentos disruptivos, agressividade e violência. Para além das perturbações à socialização que deve decorrer no espaço escolar, verificam-se, cumulativamente, efeitos negativos ao nível da relação ensino-aprendizagem, abalando o exercício das funções do professor e/ou do aluno e colocando em causa a eficácia da sala de aula e, em geral, da própria escola (Amado & Freire, 2009).

O clima e cultura da sala de aula e da escola, no qual se inclui, então, o tema da convivência, constituem actualmente um dos temas, dilemas ou tendências, em destaque, na análise sociológica das organizações escolares, ou de estudos de natureza sociológica realizados sobre o objecto escola. E, no que diz respeito às diversas focalizações de estudo sobre a escola, apontadas por Lima e Palhares, esta temática integra-se nas micro e meso-abordagens, voltadas para o estudo de fenómenos de interacção de indivíduos, grupos ou subgrupos e respectivo enquadramento das decisões/acções tomadas ao nível da organização escola. Com efeito, este tema assumiu maior ênfase através do movimento da melhoria de escola, movimento das escolas eficazes e nos estudos centrados no efeito de estabelecimento (Lima & Palhares, 2010).

Em concreto, os estudos relativos à melhoria da escola e mudança educativa estão a receber, nos últimos tempos, a atenção de diferentes e distintos grupos relacionados com a educação e interessados em alcançar a maior qualidade para as escolas, e, em específico, para os alunos (Hernández, 2003) e têm centrado a sua atenção nas dimensões culturais da escola (Fullan, 1992; Hopkins et al. 1996 *in* Universidades Lusíadas, s/d).

O movimento de melhoria da escola advoga a definição e implementação de processos para otimizar o desempenho e resultado dos recursos (humanos, materiais e educativos) em resultados positivos dos alunos (Marsh, 1990, *in* Universidades Lusíadas, s/d). Nesse contexto, criar ambientes de aprendizagem seguros e positivos, promotores de habilidades socio-emocionais, compreende um dos principais objectivos previstos nas estratégias de melhoria educativa. Por sua vez, a investigação demonstra que este é também um dos elementos centrais para a melhoria e eficácia da escola (e.g. Muijs, Harris, Chapman, Stoll & Russ, 2004, *in* Universidades Lusíadas, s/d). É, então, neste contexto que se integram os programas de melhoria da convivência escolar e seus respectivos dispositivos.

Para a abordagem e regulação construtiva, democrática e educativa da convivência, Torrego (2006; 2008) propõe um modelo inovador, assente nos postulados do movimento de melhoria de escola, designado por “Modelo integrado de melhoria da convivência”. Segundo este modelo, a organização escola tem um papel activo no tratamento dos problemas de convivência e permite:

*“um tratamento personalizado dos conflitos. (...) Ao mesmo tempo que transmite uma mensagem de autoridade educativa, potencia a prevenção generalizada dos conflitos e a implicação de todos na melhora da convivência, e integra os modelos de justiça retributiva e restaurativa: a importância das normas e a relação interpessoal. O poder da resolução do conflito move-se para a relação entre os protagonistas do conflito sob os auspícios da escola”* (Torrego, 2006, p. 32).

Quanto à gestão de conflitos e promoção da convivência, o modelo integrado assenta nos princípios, conhecimentos, atitudes fundados na mediação escolar. A mediação constitui um contributo útil e educativo para o sistema escolar, que possibilita exercer novas estratégias para abordar os conflitos, melhorar as relações e higienizar a convivência. Mais do que uma simples técnica ou procedimentos, e numa perspectiva mais ampla, a mediação encontra o seu sentido no serviço e na coerência com valores eminentemente educativos (justiça, não violência, perdão, solidariedade, participação e cooperação, honestidade, lealdade, respeito e reconhecimento, empatia, esperança, autodisciplina, confiança e responsabilidade, compromisso, criatividade, flexibilidade, serenidade e paciência), por oposição aos contravalores, tidos como desagregadores da convivência (ódio, maniqueísmo, medo, fundamentalismo, mentira, fraude, corrupção e dominação). Desta forma, “a mediação surge com um forte potencial positivo ao impregnar o contexto escolar de elementos de confiança, diálogo, cooperação” e compromisso (Torrego, 2008, p. 19).

De acordo com a literatura da especialidade, a aplicação de programas de mediação de conflitos tendem a favorecer climas positivos mediante a dissolvência de tensões geradas pelas dinâmicas de conflito (Torremorell, 2002; Lorenzo, 2007, Gonzalez & Torrego, 2008). Essa melhoria pode ser verificada a vários

níveis, como em termos de desenvolvimento pessoal e social e de sucesso educativo. Assim, “*partindo do pressuposto de que quanto mais os alunos assumirem a responsabilidade pela regulação do seu comportamento e dos seus pares, mais autónomos e socialmente competentes eles se tornam*” (Nascimento, 2003, p. 228). De acordo com Johnson, Johnson, Bruce e Douglas (1995), os alunos que assimilem competências de mediação adquirem um maior desenvolvimento do que os que não têm a mesma oportunidade, sendo que esses mesmos jovens tendem a manifestar uma melhor capacidade para lidar com o stress e a adversidade assim como para estabelecer e manter relações de melhor qualidade entre pares (ibidem, idem). Em termos de resultados escolares:

*“Os dados parecem indicar que há uma direcção positiva entre o efeito dos programas de mediação de conflitos escolares sobre os alunos (...) as experiências de mediação permitem dedicar menos tempo a controlar a disciplina e mais tempo ao ensino (...) ajuda no processo de ensino-aprendizagem na medida em que favorece um clima adequado na aula mediante a dissolução de tensões geradas pelos conflitos (...) já que a comunicação flui e o ocorrido não fica enquistado (...) a tramitação das emoções permite que o cognitivo não bloqueie não fique obstaculizado”* (Lorenzo, 2007, p. 142).

A mediação permite sustentar diversas potencialidades de intervenção sócio-educativa potenciadoras de melhoria e inovação educativas, como nas Assembleias de Turma (Caetano, 2007); nas Equipas de mediação mistas e equipas de mediação entre pares (Torrego, 2006) e na Aula de convivência (Consejería de Educacion, 2007).

A incorporação institucional da Aula de Convivência na organização da escola nasceu da inquietude em responder de um modo educativo e dialogado aos conflitos de convivência e de indisciplina na sala de aula. Trata-se também de mudar de perspectiva teórica em relação aos conflitos e dos fenómenos deles resultantes, como a indisciplina e a violência (embora habitualmente confundidos, porquanto são conceitos polissémicos, estes são fenómenos independentes e interdependentes).

Assim, predominando na escola as visões clássicas sobre o conflito urge uma comunhão de novas perspectivas. Segundo a perspectiva tecnocrática-positivista, a presença do conflito é negativa, se não mesmo sinal de algo disfuncional, em que a eficácia é sinónimo de consenso. A capacidade de promover os consensos pressupõe evitar os conflitos, silenciar as diferenças e exercer um controlo sistemático. Nesse sentido, há que reprimir, ocultar ou evitar os conflitos. De acordo com a perspectiva hermenêutica-interpretativa, no conflito relevam-se as singularidades das situações, condicionadas pela interpretação particular de cada indivíduo membro de um grupo ou organização. Embora o conflito sirva para motivar e estimular a criatividade individual ou grupal, a sua existência ou não deve-se apenas à percepção de cada sujeito. Já nos termos da perspectiva crítica, o conflito é assumido como algo natural e inerente às relações sociais e deve ser aproveitado como um mecanismo de mudança de transformação. Desta forma, para esta perspectiva teórica não só se aceita o conflito como se favorece a sua abordagem através do empoderamento dos indivíduos. Esta nova perspectiva

abre a possibilidade de trabalhar estes momentos ou fenómenos segundo uma abordagem transformativa, cruzando-se com a própria visão crítica de educação. Neste sentido, os membros da comunidade educativa devem reconhecer no conflito tamanho potencial educativo (Jares, 2001; Silva, 2010).

Ora, a mediação escolar apresenta-se como uma metodologia que não só advoga a perspectiva crítica do conflito como apresenta à escola mecanismos para operacionalizar uma cultura da alteridade em vez da cultura da adversidade. Dado que as mudanças de paradigmas são processos lentos, cabe à escola colocar ao serviço da sua comunidade dispositivos que auxiliem essa mesma mudança. Como refere Murrillo (2002), “se a inovação está para a aula (...) a melhoria deve situar-se na escola no seu conjunto” (p.6). Neste sentido, a Aula de Convivência cruza os intuítos de cada um dos processos: *innovar* em termos de aula de aprendizagem reflexiva e de responsabilidade no tratamento e resolução dos problemas que perturbam o ensino-aprendizagem; e de *melhoria* porquanto, sob os auspícios da organização, a escola permite que a resolução dos problemas seja remetida para os próprios intervenientes.

## MÉTODOS

### OBJECTIVOS

A Aula de Convivência constitui um recurso educativo para o encaminhamento de alunos a quem é dada a ordem de saída da sala de aula, assim como para aqueles a quem seja aplicada a medida de realização de tarefas de integração escolar. Pretende-se que os alunos compreendam as consequências do seu comportamento, para si e para os outros. Isto é, que aprendam a responsabilizar-se pelas suas próprias acções, pensamentos, sentimentos e estilos de comunicação interpessoal.

Estabelece-se como objectivo geral e fundamental da Aula de Convivência proporcionar um espaço relacional, onde o aluno encontre os recursos necessários à análise das suas próprias experiências e à construção de soluções eficazes e positivas para os seus conflitos. Os objectivos específicos deste dispositivo consistem em contribuir para o desenvolvimento de atitudes de cooperação, solidariedade e respeito; proporcionar ao aluno o manuseio adequado de competências emocionais; reconstruir e favorecer a sua auto-estima e auto-controle; ajudar a adquirir e incrementar o interesse pelas tarefas escolares bem como pela realização eficaz das mesmas; resolver conflitos de forma pacífica através do diálogo, da reflexão e da autodeterminação.

Num âmbito organizacional, pretendeu-se dotar a escola de uma estrutura e procedimentos que permitem trabalhar, num perspectiva construtivista e sistémica, os problemas da conflitualidade e indisciplina na sala de aula, oferecendo aos diversos actores da comunidade educativa os adequados recursos materiais, humanos e educativos.

## PARTICIPANTES

A medida educativa Aula de Convivência entrou em vigor, pela primeira vez, no ano lectivo de 2010/2011, tendo funcionado desde o dia 5 de Novembro de 2010 até 15 de Julho de 2011. Esta medida esteve disponível para todos os elementos da comunidade educativa, composta por cento e vinte professores, quarenta e cinco funcionários e mil alunos, do 3º ciclo e secundário, de 46 turmas, repartidos da seguinte forma: 4 turmas do 7º ano; 6 turmas do 8º ano; 7 turmas do 9º ano; 9 turmas do 10º ano; 10 turmas do 11º ano e 10 turmas do 12º ano.

Nessas aulas participaram 86 alunos, sendo que 38 eram alunos do 3º ciclo e 48 alunos do ensino secundário. Ao longo deste período foram realizadas 120 aulas, pelo que se verificou a repetição de participação de alguns desses alunos nas aulas. De referir que 99 aulas ocorreram com jovens do sexo masculino e 21 aulas com jovens do sexo feminino.

Para uma melhor caracterização dos participantes nas Aulas de Convivência por ano lectivo, vejam-se as tabelas seguintes:

### AULAS DE CONVIVÊNCIA NO ENSINO BÁSICO

7º ano			8º ano			9º ano		
<i>Turma</i>	<i>Nº de alunos</i>	<i>Nº de sessões</i>	<i>Turma</i>	<i>Nº de alunos</i>	<i>Nº de sessões</i>	<i>Turma</i>	<i>Nº de alunos</i>	<i>Nº de sessões</i>
A	2	5	A	1	1	A	2	3
B	1	1	C	7	8	B	1	2
C	2	5	D	5	7	C	2	2
			F	6	15	D	1	1
						H	6	10
						G	2	3
3	5	11	4	19	31	6	14	21
<b>Total alunos: 38 alunos</b>					<b>Total aulas: 63 aulas</b>			

Fonte: Dossier das Aulas de Convivência

### AULAS DE CONVIVÊNCIA NO ENSINO SECUNDÁRIO

10º ano			11º ano			12º ano		
<i>Turma</i>	<i>Nº de alunos</i>	<i>Nº de sessões</i>	<i>Turma</i>	<i>Nº de alunos</i>	<i>Nº de sessões</i>	<i>Turma</i>	<i>Nº de alunos</i>	<i>Nº de sessões</i>
B	1	1	D	1	1	G	1	1
C	2	3	E	1	1			
D	1	1	F	3	3			
E	9	17	G	1	1			
F	1	1	I	1	1			
G	2	2	J	3	6			
H	9	16						

<b>I</b>	<b>2</b>	<b>2</b>						
<b>8</b>	<b>27</b>	<b>43</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Total alumnos: 48 alumnos</b>				<b>Total aulas: 57 aulas</b>				

Fonte: Dossier das Aulas de Convivência

### COMPARAÇÃO DAS AULAS DE CONVIVÊNCIA POR NÍVEIS DE ENSINO

Níveis de ensino	Nº de alunos	Nº de aulas
<b>Básico</b>	38	63
<b>Secundário</b>	48	57

Fonte: Dossier das Aulas de Convivência

### INSTRUMENTOS

Para o funcionamento da Aula de Convivência desenvolveram-se algumas actividades, adaptadas do Manual elaborado pela Consejería de Educación da Junta de Andalucía, descritas na tabela seguinte:

ACTIVIDADES SUPORTADAS POR FICHAS DO DOSSIER DA AULA DE CONVIVÊNCIA	OBJECTIVOS
Ficha de encaminhamento para a Aula de Convivência	- Descrição dos motivos para o encaminhamento. - Objectivos a atingir com o encaminhamento.
Ficha de avaliação da participação/evolução do aluno na Aula de Convivência	-Registo da avaliação da participação do aluno na Aula de Convivência. - Apreciar o desempenho do aluno nos domínios das atitudes, empenho, capacidade de reflexão e cooperação e estabelecimento de compromissos.
Actividade de Auto-observação	- Fornecer ao professor responsável pela Aula de Convivência um guia orientador para o diálogo colaborativo a estabelecer com o aluno. - Promover a reflexão das causas e consequências dos comportamentos e as possíveis decisões para uma resolução positiva dos mesmos.
Compromisso I	- Sistematizar a tomada de decisão co-construída, bem como a assumpção da responsabilidade do aluno.
Novo Compromisso	- Reflectir sobre os motivos do não cumprimento do compromisso. - Relembrar as regras de funcionamento da Aula de Convivência. - Motivar para a construção de um novo compromisso.
Compromisso II	- Sistematizar a nova tomada de decisão co-construída, bem como a assumpção da responsabilidade do aluno.
Actividade para conhecer os sentimentos	- Promover a reflexão sobre a distinção entre brincar e insultar ou atribuir alcunhas bem como analisar o impacto sobre as relações interpessoais. - Acentuar a importância de evitar este tipo de atitude na sala de aula.
Aprender a ter amigos	- Valorizar a importância da amizade e do relacionamento honesto, solidário e desinteressado. - Reforçar o sentido de amizade na turma.
Reciclar os sentimentos negativos	- Ensinar a separar problemas de pessoas. - Valorizar a tomada de posições e sentimentos positivos, em detrimento dos negativos.
Reconhecer os sentimentos de ira e fúria.	- Demonstrar como se podem controlar os sentimentos de ira e fúria. - Estabelecer a relação entre a capacidade de controlo e um bom relacionamento com os outros.
O respeito	- Desenvolver sentimentos de respeito por si próprio, pelos outros e para

	com o contexto escolar.
A convivência na escola	- Aprender a defender os seus direitos e os dos outros; valorizar os deveres e as normas facilitadoras da convivência. - Conhecer os normativos que regulamentam o funcionamento da escola e reconhecer as virtudes dos mesmos.
Responsabilidade	- Dotar o aluno de noções de organização do estudo e de responsabilização quanto ao seu material escolar. - Sensibilizar para a importância das atitudes positivas para com o estudo e a escola e do seu impacto no funcionamento da sala de aula.
Saber escutar	- Promover competências de escuta activa.
Aceitar-se a si mesmo	- Promover o auto-conhecimento e a auto-estima.

## PROCEDIMENTOS

Na fase de implementação, o dispositivo da Aula de Convivência foi apresentado em Conselho Pedagógico e após aprovação, a medida educativa foi inserida no Regulamento Interno da Escola.

Depois de organizado um espaço próprio, procedeu-se à constituição da equipa composta por cerca de 20 elementos (membros da equipa de mediação de conflitos, a psicóloga da escola e professores com redução da componente lectiva), distribuídos pela totalidade da mancha horária de funcionamento lectivo da escola.

O passo seguinte, ainda nesta primeira fase, consistiu na realização de uma reunião de trabalho com todos estes intervenientes, com vista à sensibilização e formação quanto aos procedimentos a adoptar. Do mesmo modo, foram informados todos os docentes da escola, bem como os assistentes operacionais. Os pais e encarregados de educação foram informados através dos respectivos representantes de cada turma.

Na 2ª fase colocou-se o dispositivo em funcionamento. Para o efeito, definiram-se critérios e condições para o encaminhamento e agilizaram-se procedimentos administrativos e educativos.

Assim, em termos de encaminhamento foram previstas três situações: 1) os alunos podem ser encaminhados para essa aula nas situações de ordem de saída da sala de aula, e nalguns casos, quando se propõe aplicar uma medida correctiva de realização de tarefas e actividades de integração escolar; 2) em situações em que o professor ou outro agente educativo tenha levado a cabo uma acção prévia com vista à remediação do comportamento indisciplinado do aluno (eg. Director de Turma), e esta não tenha surtido efeito; 3) cumulativamente às condições anteriores, o aluno pode ainda manifestar dificuldades nos domínios da auto-estima, do auto-controle, de relacionamento interpessoal, de motivação para as tarefas escolares e de integração escolar e/ou social. Em suma, visa-se atender e trabalhar as atitudes e comportamentos contra as normas de convivência na sala de aula ou ainda outros espaços escolares.

De referir que foram definidas algumas restrições ao acesso a este mecanismo, como por exemplo: 1) o aluno só pode ser encaminhado para a Aula de Convivência duas vezes por disciplina. E, em caso de reincidência do comportamento inadequado serão adoptadas outras medidas a decidir pelo Director de Turma ou Director da Escola e atendendo às disposições do regulamento Interno; 2) por razões de funcionalidade e eficácia educativa, não é permitido ultrapassar o número máximo de três alunos, em simultâneo, em cada Aula de Convivência.

Caso a ordem de saída da sala de aula seja dada próximo do final do tempo lectivo, o aluno é recebido na Aula de Convivência, contudo é marcada outra hora para atendimento num outro momento. Para isso, deve ser dado conhecimento ao Director de Turma do dia e hora do atendimento e da assiduidade do aluno. Caso o aluno não compareça à Aula, o assunto é encaminhado para o Director de Turma. Por fim, também está prevista uma articulação com o gabinete de mediação na medida, pelo que se pode solicitar a colaboração dos mediadores para que intervenham em situações de conflito interpessoal.

Em relação aos procedimentos formais e educativos foi determinado que: quando ao aluno for dada a ordem de saída da sala de aula, este deverá ser encaminhado para o espaço da Aula de Convivência, sendo acompanhado por um Assistente Operacional. O professor da aula em curso deve preencher a Ficha de “Encaminhamento”, na qual indica os motivos para o auxílio da equipa (por exemplo: perturbação do normal funcionamento da aula, falta de respeito ao professor, falta de respeito aos colegas, não cumprimento das regras do Regulamento Interno) bem como descreve os objectivos a atingir com a participação do aluno neste recurso educativo.

Nesse espaço está sempre um professor para acolher e trabalhar com o aluno. Inicialmente, esse professor procura clarificar quais os objectivos desta medida, enfatizando a importância e utilidade da resolução partilhada da problemática e que causou a saída da sala de aula. Numa perspectiva de diálogo constante, proporciona-se que o aluno descreva a situação, a partir do seu ponto de vista, conduzindo um processo de reflexão que lhe permita aumentar o auto-conhecimento e identificar as causas que o levam a tomar determinadas atitudes. De seguida, o aluno é convidado a preencher a Ficha de “Actividade de auto-observação”, para que proceda a um registo escrito e sobretudo crítico do assunto dialogado.

Após a reflexão e a tomada de decisão quanto às medidas a serem encetadas, com vista à resolução positiva do problema, o aluno é convidado a registar o seu compromisso, preenchendo a Ficha “Compromisso I”. Neste momento, pretende-se que o aluno estabeleça, com o auxílio do professor responsável pela Aula de Convivência, um acordo/compromisso, descrevendo não só o tipo de dano que causou e a quem bem como o que se propõe realizar para resolver, reconciliar e reparar o problema com os envolvidos.

O processo da Aula contempla também a realização de momentos de reflexão complementares e adequados às características e problemáticas apresentadas pelos alunos. Deste modo, sempre que o professor aprecie como necessário, pode desenvolver outras actividades de auto-conhecimento e reflexão e para as quais dispõe de outras fichas de trabalho incluídas no dossier.

No final do processo, o professor preenche a Ficha de “Avaliação da participação/evolução do aluno”, assinalando de que forma decorreu a participação dele, nos domínios das atitudes, do empenho, da capacidade de reflexão e da cooperação assim como em relação à autodeterminação no estabelecimento de compromissos.

O processo termina com o preenchimento e arquivamento de todos os documentos utilizados com o aluno, devendo-se ainda comunicar ao Director de Turma o desenvolvimento do processo com o(s) aluno(s).

Para este estudo foram recolhidos dados das Fichas da Aula de Convivência. Esses dados foram tratados segundo metodologias quantitativas, com recurso ao Excel, e metodologias qualitativas, como a análise de conteúdo.

## ANÁLISE DE RESULTADOS

Da análise dos dados recolhidos das várias Fichas da Aula de Convivência, apresentadas infra, salientam-se os resultados mais relevantes sobre: número de participantes que participaram na Aula de Convivência (1); ao encaminhamento (2) - motivo (2.1.) e nº de encaminhamentos por professor (2.2); incidência dos encaminhamentos por tipo de ensino (3); encaminhamentos com participação da ocorrência (4); saídas de aula sem encaminhamento (5); objectivos solicitados (6); tipos de compromissos/solução (7); situações de reincidência e limites de encaminhamento (8); resultados do cumprimento dos compromissos celebrados (9):

### 1. Número de alunos participantes por níveis de ensino:

Níveis de ensino	Nº de alunos	Nº de aulas
Básico	38	63
Secundário	48	57
Total	86	120

Segundo a tabela participaram mais alunos do ensino secundários mas os alunos do ensino básico frequentaram mais Aulas de Convivência.

### 2. Em relação aos encaminhamentos:

#### 2.1. Quanto aos motivos do encaminhamento apuraram-se os seguintes dados:

Motivo	Nº de aulas dedicadas ao tratamento reflexivo, diálogo cooperativo, à resolução, reconciliação e reparação
Perturbação do funcionamento da aula	69
Falta de respeito ao professor	36
Falta de respeito aos colegas	16
Não cumprimento do RI	30

Constata-se que o tema “perturbação na sala de aula”, é o mais recorrente entre as problemáticas que compõem o leque de questões a tratar nesse espaço, seguindo-se a “falta de respeito ao professor” e ainda o “não cumprimento do Regulamento Interno”.

#### 2.2. Número de encaminhamentos por professor:

Nº de encaminhamentos por professor	37 professores: 1 encaminhamento 1 professor: 7 encaminhamentos 1 professor: 10 encaminhamentos 1 professor: 10 encaminhamentos 1 professor: 11 encaminhamentos
-------------------------------------	---

Embora a grande maioria dos professores tenha efectuado apenas um encaminhamento, registam-se casos específicos de alguns professores que procedem a inúmeros encaminhamentos.

3. Quanto à incidência dos encaminhamentos por tipo de ensino (regular ou profissional):

Maior frequência de encaminhamentos por turmas	1º Cursos de Educação e Formação -Ensino Básico 2º Cursos Profissionais - Ensino Secundário
--	--

Com base nesta tabela simplificada e sumaria constata-se que os alunos CEF's e Cursos Profissionais, logo o ensino não regular, são os principais participantes nestas Aulas, percebendo-se uma real necessidade de apoio ao professores que leccionam nestes cursos.

4. Encaminhamentos acompanhados por participação de ocorrência:

120 aulas de convivência	35 foram efectuadas com participação de ocorrência
--------------------------	--

Verificou-se que mesmo tratando-se de um dispositivo educativo e de cariz reparador, os professores continuam a demonstrar a sua autoridade pelo efectuar o registo da ocorrência e re-afirmando o modelo impositivo.

5. Situações em que houve ordem saída de sala da aula sem encaminhamento:

Ordens de saída de sala de aula sem encaminhamento	Número: 7 Turmas: 9ºG, 10º F, 10ºG, 10ºH, 12ºI e 12ºG Período: 2º
--	---

Não obstante, a institucionalização deste mecanismo , cujos objectivos estão divulgados no seio da comunidade docente, a par de não ser um procedimento com exclusividade, verificou-se que, no 2º período do ano lectivo, alguns professores, de vários anos lectivos, deram a ordem de saída de sala de aula e não tiveram intenção de dar oportunidade para se desenvolver o trabalho da equipa da Aula de Convivência.

6. Objectivos a atingir, apontados na Ficha pelos professores que encaminham os alunos:

Tipo de pedidos	Reflexão sobre o comportamento em sala de aula. Mudança de postura, atitudes e comportamentos em sala de aula. Tomada de consciência da necessidade de cumprirem as regras fundamentais ao bom funcionamento da aula.
-----------------	---

Há uma noção clara por parte dos professores da necessidade de mudança e de auto-construção dessa mudança.

7. Estratégias com vista à resolução/reparação do conflito/dano:

Nº de aulas	Tipo de soluções construídas pelos alunos
50%	Os alunos tomam a decisão de pedir desculpa, ao docente e/ou aos colegas de turma, como a medida mais apropriada à resolução do problema. E, muitas vezes, a par do pedido de desculpa, surge a medida dialogar com o professor sobre a situação.
18%	Os alunos propõem que o diálogo entre eles e o docente e/ou os colegas será a forma mais correcta de restabelecer a comunicação, muitas vezes com vista ao esclarecimento de posições, interesses e necessidades.
16%	Os alunos propõem outro tipo de estratégias, sobretudo aquelas que dizem respeito a processos de auto-reflexão e auto-conhecimento mais aprofundados, e em que assumem a responsabilidade pela mudança de comportamentos e atitudes. Neste sentido, apresentamos alguns exemplos de acções propostas pelos alunos: “ Controlar a fúria e trabalhar o auto-domínio.”; “Ignorar as provocações dos outros, manter a calma e estar calado”; “Prestar mais atenção e ganhar mais interesse pela escola.”.
16%	Os alunos não assumem qualquer tipo de acordo ou compromisso para a resolução positiva da situação problemática. Por norma, estes são os alunos para os quais a medida Aula de Convivência foi proposta mais do que uma vez ao longo do ano, pelo mesmo, ou por diferentes docentes e que acabam sujeitos a processos disciplinares.

Denota-se que os alunos apontam a adopção de estratégias positivas, relacionais e de reparação como forma de resolução, reconciliação e reparação do conflito/dano.

8. Número de alunos que reincidiram e de alunos que atingiram o limite máximo de dois encaminhamentos por disciplina:

Nº de reincidências	41
Nº de encaminhamentos que atingiram o limite permitido	5

Identificou-se que apenas numa minoria houve reincidências e se ultrapassou o limite máximo de dois encaminhamentos por disciplina.

9. Percentagem de compromissos cumpridos e não cumpridos celebrados pelos alunos na Aula de Convivência:

Compromissos cumpridos	84%
Compromissos não cumpridos	16%

Percebe-se que a maioria dos compromissos foi cumprida, confirmando o êxito da aplicação desta medida educativa.

## CONCLUSÕES

A medida Aula de Convivência insere-se num conjunto de estratégias de promoção da cidadania na escola, respeitando as premissas do modelo integrado de actuação para a melhoria da convivência, e visa a diminuição da conflitualidade e a prevenção da indisciplina. Para cumprir essa finalidade, a escola criou medidas de melhoria socioeducativas, adoptando um modelo colaborativo de gestão dos conflitos de convivência, numa relação de complementaridade com o modelo impositivo e punitivo. Trata-se de promover o desenvolvimento de competências de reflexão, diálogo e capacidades diversas para a resolução de problemas, transformando os alunos em sujeitos da construção do clima social e relacional em que (con)vivem diariamente, acompanhados e apoiados pelos professores, também educadores promotores do seu desenvolvimento pessoal e social.

Reforçando a liderança e a autoridade da organização da escola, o sucesso destes projectos implica o empoderamento de todos os membros da comunidade educativa bem como a existência dos recursos humanos, materiais e educativos necessários à mudança de paradigmas de regulação da convivência escolar. Reconhece-se, então, que este processo de melhoria deve ser global, sistemático e contínuo.

Em concreto, a análise dos resultados revelou uma tendência bastante satisfatória quanto à adesão, aceitação, funcionamento e resultados da aplicação desta medida educativa.

Com efeito, a maioria dos alunos aderiu com agrado à implementação deste dispositivo socioeducativo, quer pelo tipo de soluções construídas quer porque apenas uma pequena minoria não foi capaz de estabelecer ou cumprir os compromissos propostos.

Atendendo que não houve registos de faltas à Aula de Convivência, confirma-se a satisfação dos alunos. Pode-se aferir que aos e professores apraz a existência de um espaço de acolhimento, de escuta e de empatia sem deixar de ser promotor da responsabilidade pela mudança. É o reconhecimento positivo do valor educativo da medida. Por sua vez, o elevado número de encaminhamentos feitos pelos professores para a Aula de Convivência, parece corroborar a utilidade e mais-valia deste dispositivo, sobretudo se se atender ao facto de haver um elevado índice de cumprimento dos compromissos assumidos. Tal revela também uma aceitação positiva pelo professor da solução proposta pelo aluno, realçando que em todos os casos pressupõe uma solução pacífica diálogo cooperativo de resolução e de reparação dos danos pessoais, emocionais e materiais verificados.

Entre outros aspectos positivos da Aula de Convivência para a melhoria da escola, realça-se que a comunidade educativa parece começar a aceitar existência do conflito como algo natural e inerente à interacção social e a reconhecer a existência de instrumentos que permitam retirar dos conflitos todo o seu potencial educativo e transformador. Para essa mudança foi também importante a institucionalização deste tipo de dispositivo e a preparação da comunidade para a implementação de estratégias adequadas e eficazes.

Contudo, dado o seu carácter experimental, pode-se desvendar alguns constrangimentos e lacunas de funcionamento, como por exemplo: as inúmeras alterações da equipa geraram alguns embaraços ao bom e regular funcionamento dos processos e cumprimentos dos procedimentos; a dificuldade dos professores cumprirem os procedimentos disponibilizados no dossier torna evidente a necessidade de formação dos elementos que entretanto foram entrando para a equipa ou que venham a entrar no próximo ano lectivo. Por outro lado, e em termos da diversidade de actividades disponibilizadas, nem sempre os objectivos propostos para esta medida foram cumpridos. É preciso reflectir e analisar a adequação dos materiais á realidade das problemáticas e ao perfil dos alunos. Por fim, o facto de ter havido uma evolução do 2º para o 3º períodos lectivos em termos de encaminhamentos, deixando de haver faltas nesse encaminhamento, vem reforçar a adesão a esta medida mas que deve ser reforçada no próximo ano de maneira a que não se verifiquem recuos.

Embora se saiba que há a construção de um compromisso pelo aluno, reconhecido pelo professor, nem sempre se percebe se os envolvidos ficaram totalmente satisfeitos em relação às pretensões iniciais. Em todo o caso, percebe-se que, na generalidade, os ganhos permitem secundarizar os pedidos efectuados em termos de solução imediata ou em termos absolutos. E, desta forma, vai-se injectando, dia a pós, dia, o contexto escolar com o espírito da mediação de conflitos e do modelo de justiça restaurativa, tornando os episódios de crise e ruptura interpessoal momentos de transformação de sujeitos e de contextos.

Sendo uma iniciativa recente, importa colher os ensinamentos retirados desta reflexão para que doravante se consigam melhorar os procedimentos, melhorar a estrutura organizacional, melhorar o desempenho da equipa em prol da melhoria do processo ensino-aprendizagem.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amado, J., & Freire, I. (2009). *A(s) indisciplina(s) na escola*. Coimbra: Almedina.
- Caetano, A. P. (2007). Complexidade e Mediação socioeducativa das Assembleias de Turma. *Revista Dialogo Educacional*. Vol 7 , pp. 67-80.
- Consejería de Educacion. (2007). *Material para la meroja de la convivencia escolar: aula de convivencia*. Obtido em 05 de Setembro de 2010, de Junta de Andalucia:  
<http://www.juntadeandalucia.es/educacion/portal/com/bin/convivencia/contenidos/MATERIALESCONVIVENCIA>
- Jares, X (2001). Educação e conflito. Guia de educação para a convivência. Porto. Asa.
- Lima, L., & Palhares, J. A. (2010). As organizações escolares. Um croqui sociológico sobre a investigação portuguesa. In P. Abrantes, *Tendências e controvérsias em Sociologia da Educação* (pp. 132-158). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- González, A., Ruiz, C., & Torrego, J. (2008). Convivencia en centros educativos: investigación evaluativa en mediación y tratamiento de conflictos desde un modelo integrado. In J. C. Torrego, *El plan de convivencia: fundamentos y recursos para su elaboración y desarrollo* (pp. 45-94). Madrid: Alianza Editora.
- Hernández, M. L. (2003, vol. 1, nº 2). Reseña de "Los nuevos significados del cambio en la educación" De M. Fullan. *REICE: Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación* , pp. pp.1-3.
- Lorenzo, E. V. (2007). *Mediación Escolar*. Buenos Aires: Dunken.
- Murillo, F. J. (2002). La "Mejora de la Escuela": concepto y caracterización. In F. J. Murillo, & M. Muñoz-Repiso, *La mejora de la escuela: un cambio de mirada*. (pp. 1-39). Barcelona: Octaedro.
- Nascimento, I. (2003). A dimensão interpessoal do conflito na escola In E. Costa, *Gestão de Conflitos na Escola*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Silva, A. (2010, vol.18 (1). Conflito(s) e mediação em contextos educativos. *Revista Galego Portuguesa de Psicoloxía e Educación*, pp. 7-18.
- Torrego, J. C. (2006). *Modelo Intergado de mejora de la convivencia*. Barcelona: Graó.

- Torrego, J. C. (2008). *El Plan de convivencia: Fundamentos y recursos para su elaboración y desarrollo*. Madrid: Alianza.
- Torremorell, M. C. (2002). *Guía de mediación escolar*. Barcelona: Octaedro.
- Universidades Lusíadas. (s/). *Planos de Melhoria da Escola - Uma introdução*. Obtido em 18 de Abril de 2011, de Observatório de Melhoria e da Eficácia da Escola: <http://observatorio.por.ulusiada.pt>.